

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br
COLABOROU LUANA PATRIOLINO

Perguntas & respostas

Que ninguém se surpreenda se os políticos perguntarem a Daniel Vorcaro o rol de excelências das quais ele se julgava amigo. Também tem gente interessada em mirar no grupo Fictor: como é que uma turma que entrou com recuperação judicial iria comprar o Master? Aliás, os senadores desconfiam que tudo era uma grande armação.

Fora de área

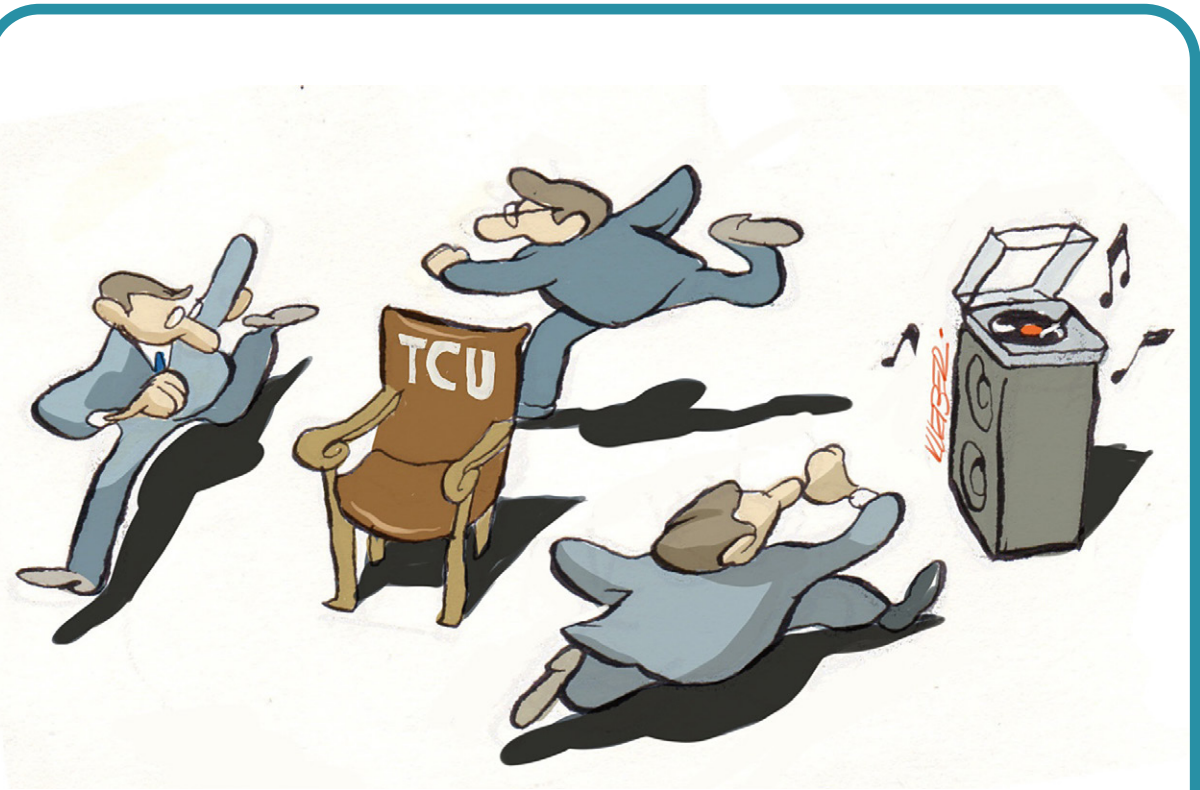
Amigos do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, chegaram a contactar alguns senadores do MDB a fim de saber se algum deles estaria disposto a dar uma ajuda, em especial, nessa comissão encampada por Renan Calheiros. Todos fizeram cara de paisagem

Primeiro, mostre os votos

Quem faz as contas no MDB acredita que o grupo de Renan Calheiros não tem força para levar a legenda a se aliar oficialmente ao presidente Lula, ainda que indique o vice na chapa presidencial. Recentemente, os lulistas do MDB tentaram catapultar o deputado Alceu Moreira do comando da fundação Ulysses Guimarães e não conseguiram.

“Ei, você aí...”

...me dá um dinheiro aí!” Essa tem sido a máxima entre aqueles que querem aproveitar a janela partidária e mudar de legenda para concorrer em outubro. Invariavelmente, se não tem acordo de financiamento da campanha, a conversa nem começa.



Prometeu e vai ser difícil entregar

Com o aniversário de 75 anos do ministro Aroldo Cedraz na semana que vem, 26 de fevereiro, abre-se uma vaga no Tribunal de Contas da União a ser disputada no voto a voto. O cargo foi prometido pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, ao ex-líder do PT na Câmara Odair Cunha (MG). No entanto, muitos partidos têm outros planos. O União Brasil liderado por Pedro Lucas — que não era o comandante da bancada quando o nome de Cunha foi colocado na roda — tem reunião marcada para o dia 24, a fim de apresentar o nome do deputado Danilo Forte (União-CE) como candidato. Outros parlamentares também planejam concorrer ao posto.

Veja bem/ Até aqui, Hugo Motta tem se equilibrado entre os dois polos da política. Porém, há quem diga que esse período acabou. Ele terá que escolher um lado, cumprir suas promessas. A disputa da vaga do TCU promete ser apenas o primeiro round. E vale lembrar que, diante da vontade dos partidos de integrar o tribunal, Motta terá dificuldades até em adiar essa decisão.

CURTIDAS



Ed Alves/CE/DA Press

Olho nele.../ O jovem deputado Nikolas Ferreira, do PL-MG (foto) abriu o ano eleitoral com a sua caminhada de Paracatu a Brasília e juntou muita gente na chegada. Agora, convoca uma nova manifestação para 1º de março em prol dos impeachments do presidente Lula e dos ministros do STF, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

...e nele/ Pré-candidato ao Planalto, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ainda não disse se participará desse movimento. Em ascensão nas pesquisas para presidente da República, o filho de Jair Bolsonaro quer seguir na linha paz & amor.

Os memes pululam/ Com a inteligência artificial pedindo passagem, viralizou um vídeo em que o ministro Dias Toffoli aparece de destaque numa fictícia escola de samba “Gres Tayayá”, nome do resort no Paraná do qual o ministro foi sócio.

O Epstein brasileiro/ Depois das notícias de festas com autoridades regadas a muito luxo e mulheres exuberantes, o ex-banqueiro Daniel Vorcaro ganhou entre as excelências que não têm nada a ver com essa história o apelido de Jeffrey Epstein do Brasil. A referência é ao magnata americano que controlava uma rede de tráfico de prostituição e tráfico de mulheres. Morreu na prisão em 2019.

PODERES

Master põe PF na mira do STF

Ministros avaliam que Polícia Federal ultrapassou os limites ao levar relatório sobre Toffoli diretamente ao presidente da Corte

José Cruz / Agência Brasil

» LUANA PATRIOLINO

A crise entre a Polícia Federal e o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), expôs o descontentamento do Judiciário com a corporação. Mesmo alvo de desconfiança, o ex-relator da investigação do Banco Master fez críticas públicas em relação à condução da PF nas apurações sobre a suposta fraude bilionária. Nos bastidores, a maioria dos integrantes da Corte discordou do posicionamento da corporação em questionar as ações de Toffoli no caso e de entregar o relatório com menções a ele diretamente à presidência do Tribunal, sem autorização judicial prévia.

Toffoli deixou a investigação do Master na quinta-feira. No lugar dele, assumiu o ministro André Mendonça. A crise chegou ao ápice após o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, levar pessoalmente ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, um relatório da perícia do celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro em que há menções ao então relator.

Para alguns ministros da Corte, a PF pode ter agido de forma inconstitucional ao realizar um trabalho investigativo direcionado a uma autoridade com foro no Supremo, algo que exigiria autorização judicial prévia. Por outro lado, os investigadores afirmam que encontrar o nome de Toffoli na perícia foi uma “surpresa” e que não houve direcionamento no inquérito.

Parte dos ministros avalia que essa ação simboliza que a corporação avançou sobre relações privadas do magistrado. Isso sustenta a tese deles de que houve uma apuração deliberada, e não apenas o surgimento inesperado de informações — como alegado pelos delegados responsáveis.



Decisão do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, de levar relatório do Master a Fachin gerou reações no Supremo

Ao levar o relatório a Fachin, a Polícia Federal não pediu expressamente a suspeição de Toffoli, pois isso não é atribuição da instituição, mas enumerou os achados no celular de Vorcaro que indicariam o impedimento do ministro de permanecer na relatoria do caso e, também, do julgamento no plenário da Corte.

O ministro alegou ser alvo de “ilações” e afirmou que iria esclarecer os fatos. No dia seguinte, admitiu ser sócio anônimo da Maridt, oficialmente administrada pelos dois irmãos dele: o engenheiro José Ticiano Dias Toffoli e o padre José Eugênio Dias Toffoli. A companhia era dona de 33% do resort Tayayá, que foram vendidos para fundos de investimentos do pastor

Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro do dono do Master.

O professor de direito penal Tédney Moreira, do Ibmecc Brasília, explica que a Constituição exige autorização prévia para investigar uma autoridade. No entanto, a situação é inédita e exige uma revisão sobre os próximos passos a serem adotados. “Isso levanta um questionamento que acaba manchando, inclusive, a própria ideia de que o STF teria mais credibilidade na defesa da Constituição, das instituições democráticas e da separação de Poderes”, diz.

Para o especialista, a crise também deve demonstrar o julgamento que os ministros fazem entre si. “Esse episódio mostra

que, de fato, precisamos de uma revisão da sistemática de avaliação de investigação de ministros e, também, uma revisão quanto ao julgamento que os ministros farão dos seus próprios pares se isso eventualmente ocorrer”, aponta.

No comunicado divulgado pelo STF ao anunciar a saída de Toffoli, os magistrados afirmaram que as decisões anteriores seriam mantidas e informaram “não ser caso de cabimento para a arguição de suspeição”. Os integrantes expressaram “total apoio” ao magistrado, “respeitando a dignidade de Sua Excelência, bem como a inexistência de suspeição ou de impedimento”.

Moreira também lembra que Alexandre de Moraes foi alvo de

questionamentos ao relatar a ação penal da tentativa de golpe de Estado, em que foi apontada a suspeição dele. À época da investigação, foi descoberto um plano de assassinato de autoridades, incluindo o próprio magistrado. Para as defesas dos condenados, o ministro não poderia julgar o caso.

“Se ficar comprovado, Toffoli tem algum nível de responsabilidade criminal, nada disso temos nem no regimento interno do STF nem mesmo no próprio texto constitucional. Esses episódios têm sido recorrentes. O 8 de Janeiro já foi uma prova da necessidade de revisão do regimento do STF sobre como julgar um dos ministros que está ali envolvido. Naquele caso, Moraes foi envolvido como vítima”, ressalta.

O cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, destaca que o ambiente confuso favorece a crise. “A cada dia, temos uma novidade, um ingrediente novo nessa história. Mas é preciso observar, também, a opinião pública, pois Fachin está considerando isso para a criação do código de conduta na Corte. E a população respeita muito a PF, a corporação se saiu muito bem nesse caso”, diz.

Jogo de forças

Dias Toffoli teve um embate público com a Polícia Federal durante toda a atuação no caso Master. A sequência de recuos em decisões e acusações de interferência na autonomia da corporação tornaram-se

alvo de questionamentos. O ministro do STF criticou a corporação por uma suposta “falta de empenho” no cumprimento de cronogramas e impediu os investigadores de acessarem o material recolhido na operação.

Com a repercussão negativa, o magistrado recuou e deu acesso a quatro peritos da PF escolhidos por ele. A polícia pediu ajuda do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para questionar a decisão de definir nominalmente os servidores. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) descartou apresentar um recurso em nome do Executivo nesse caso.

Antes, Toffoli havia determinado que todos os bens e documentos relacionados ao caso do Banco Master apreendidos pela Polícia Federal fossem lacrados e armazenados na sede do Supremo. Com a enxurrada de críticas, ele recuou novamente e decidiu que a PGR ficaria responsável pela custódia das provas.



Esse episódio mostra que precisamos de uma revisão da sistemática de avaliação de investigações de ministros e, também, uma revisão quanto ao julgamento que os ministros farão dos seus próprios pares, se isso eventualmente ocorrer”

Tédney Moreira,
professor de direito penal